

XX REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 13 de julho de 2022

HORA: 14h30

LOCAL: Reunião decorreu à distância usando a plataforma Microsoft Teams

PARTICIPANTES

Plataforma de Associações da Sociedade Civil - Casa da Cidadania (PASC)

- Luís Vidigal
- Sarah Corsino

Autoridade Tributária (AT)

- André Santos

Transparência Internacional Portugal (TI)

- Karina Carvalho

Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

- Patrícia Paralta
- Rui Carneiro



CONTEÚDOS

1. Receção dos participantes
2. Abertura da sessão
3. Alinhamento e ponto da situação dos compromissos
4. Outros assuntos e Encerramento

TÓPICOS DA AGENDA

1. Receção dos participantes

A AMA deu as boas-vindas aos participantes e apelou a que se fizesse um compasso de espera enquanto se aguardava pelos restantes membros da Rede Nacional de Administração Aberta (RNAA) e informar que a reunião estava a ser gravada por efeitos de ata.

2. Abertura da sessão

A AMA informou que o Dr. Carlos Guímaro deixou de ser ponto focal da AT e que neste momento estão a identificar quem será o colaborador que irá assegurar esta responsabilidade. Foi também identificado que o objetivo da reunião seria realizar um ponto de situação de todos os compromissos identificados no II Plano de Ação, assim como apontar possibilidades e oportunidades em cada um dos compromissos e utilizar o conhecimento das entidades que pertencem à RNAA para ajudar na execução dos mesmos.

Foi apresentado, resumidamente, os nove compromissos que se encontram definidos no II Plano de Ação.

3. Alinhamento e ponto de situação dos compromissos

Ponto de situação 1º compromisso

Foi identificado, pela AMA, que este compromisso consiste na implementação de um portal único da educação, ou seja, criar uma porta de entrada única (Portal Único da Educação) que agregue plataformas e portais de entidades públicas relativos a eventos de vida escolar do ensino obrigatório em Portugal. Foi identificado que até ao momento apenas a 1ª atividade está executada. Foi referido que o ponto focal para este compromisso DGEEC, de acordo com o Decreto-Lei n.º 38/2022, de 30 de maio, as competências em matéria de sistemas de informação transitaram para o IGEFE, IP. A AMA já contactou, via email, o IGEFE, IP, mas continua a aguardar resposta junto do novo interlocutor. A AMA informou, também, que o último reporte foi realizado no quarto trimestre de 2021 e que, em adição ao compromisso, o Ministério da Educação criou o E360, um sistema integrado de gestão do aluno, que visa consolidar de forma centralizada, fiável, segura, os processos de gestão escolar dos alunos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário destinado a Encarregados de Educação, Docentes, Escolas e organismos centrais do Ministério da Educação. A AMA identificou, ainda, as oportunidades associadas a este compromisso onde salientou a importância da colaboração, durante a fase de construção e implementação, com os utilizadores dos serviços, de modo a melhor refletir as necessidades dos utilizadores, assim como a possibilidade de envolver a ANMP, por intermédio das Câmaras Municipais, no processo de recrutamento e no contacto com os serviços escolares.



A PASC referiu que está a acionar um conjunto de grupos de trabalho, entre eles destacou um que irá trabalhar no âmbito da educação. Salientou que iria utilizar este grupo de trabalho para estudar e avaliar as várias dimensões associadas a este compromisso.

Ponto de situação 2º compromisso

A AMA identificou que o segundo compromisso tem como objetivo desenvolver assistência virtual autónoma no Portal das Finanças.

A AMA referiu que a atividade 1 está numa fase final para a sua conclusão e que a atividade 3 já tinha sido concluída, salientou ainda que as atividades 2 e três estão a avançar num ritmo bastante interessante e que estão de acordo com o esperado para a sua execução. Em termos gerais a AMA informou que a AT está a efetuar a alteração da plataforma do assistente virtual, num constante trabalho de melhoria na prontidão tecnológica e semântica, de modo a garantir a eficiência do atendimento. Da mesma forma estão a trabalhar na simplificação da linguagem. Paralelamente, introduziram a componente de módulo de voz, de forma a facilitar e tornar mais inclusivo o atendimento. Foi ainda referido que o número de acessos ao assistente virtual duplicou e durante a campanha de IRS quase quadruplicou. Ainda neste âmbito, a AMA identificou como oportunidades para o desenvolvimento deste compromisso os seguintes pontos: O compromisso poderá ser melhor sucedido quanto maior for a participação dos cidadãos ou a responsabilização perante o público; De modo a dar ao compromisso uma perspetiva mais clara de administração aberta, será necessário melhorar, simplificar, agilizar ou explicar melhor como utilizar os respetivos serviços públicos juntamente com os cidadãos; e paralelamente seria interessante ter um fórum de partilha de boas práticas na Administração Pública e expor este exemplo.

A AT referiu que este ponto de situação retrata a realidade do desenvolvimento desta iniciativa, onde salientaram que estão a enfrentar dificuldades, problemas tecnológicos, no que respeita à transição para uma nova plataforma informática de inteligência artificial. Foi referido que este projeto está a ser trabalhado diariamente. Referiu que a atividade 2 e 4 está condicionado à utilização da nova plataforma. Acreditam que brevemente tudo fique resolvido.

Ponto de situação 3º compromisso

A AMA identificou que este compromisso tem como propósito desenvolver canais de atendimento inclusivos no acesso a serviços públicos. Informou que foi criada uma parceria (assinado protocolo) entre a AMA, INR, ACM e CIG para o desenvolvimento deste compromisso, onde foram destacados três eixos de atuação:

- Eixo 1 - Desenvolvimento de ações piloto nos canais presencial, telefónico, videochamada e web, nas Lojas de Cidadão, Linha do Cidadão e portal ePortugal, para teste e desenvolvimento de abordagens de atendimento adequadas às diferentes necessidades e especificidades dos cidadãos e cidadãs;
 - Piloto nas LC Aveiro, Setúbal, Faro a decorrer de julho a dezembro, nos canais presenciais, videochamada web e telefónico (25 JUL).
- EIXO 2 - Conceção de Conteúdos Pedagógicos, Tutoriais e Programas formativos e de capacitação dos profissionais de atendimento das Lojas de Cidadão, adequados aos



novos desafios e ao que se pretende seja o atendimento do futuro nas matérias da inclusão e não discriminação.;

- Conceção de programas formativos e de capacitação dos profissionais de atendimento no contexto do atendimento inclusivo;
- A formação inicial ocorreu de 20-28 de junho, e registou um total de 81 formandos, trabalhadores nas LC piloto (AMA, IEPF, AT, SEF, CMF, IRN, ISS e IMPIC);
- A componente online do curso iniciou-se no dia 4 de julho e terminará no dia 18 de julho.
- EIXO 3 - Elaboração e divulgação de guiões e orientações nos temas dos direitos humanos, acessibilidade, inclusão e não discriminação, para toda a Administração Pública.
 - Construção de 3 subguias para o atendimento inclusivo.

A AMA referiu ainda que as atividades 1 e 5 foram totalmente terminadas, salientando que a atividade 4 não teve o seu início pois depende da conclusão de todas as outras atividades, no entanto tudo está a decorrer de acordo com o planeado.

A PASC questionou se os resultados alcançados numa das salas do workshop organizado pela própria PASC durante a GOV WEEK 2022 foram utilizados para enriquecer o desenvolvimento deste compromisso.

A AMA respondeu que esses resultados foram disponibilizados às equipas que estão a desenvolver o compromisso.

Ponto de situação 4º Compromisso

A AMA identificou que este compromisso tem como objetivo criar um manual de boas práticas com normas de interconexão de dados. Como ponto de situação referiu que durante o mês de julho será lançado o mosaico com boas práticas para a utilização iap, guias de apoio, indicações sobre interoperabilidade como informações sobre o carácter legal, organizacional e tecnológico e com outras ferramentas práticas. Como indicadores de progresso a AMA salientou que os tempos de resposta de pedidos de informação foram reduzidos em cerca de 50%.

Em termos de oportunidades a AMA informou que o IRM recomenda que o compromisso seja acompanhado de ações que trouxessem mais transparência, participação ou responsabilização e não se centrar apenas em aumentar a eficiência administrativa na gestão dos dados. Identificou, também, que será desenvolvido um workshop, dia 28 de setembro, sobre a “dificuldade da não partilha de dados” onde participará o IRN, AT, SS. Esta iniciativa dará corpo ao desenvolvimento da atividade 2. Salientou, ainda, que a atividade 1 está totalmente concluída que a atividade 3 está a decorrer de acordo com o definido no plano.

A TI sugeriu, uma vez que a Comissão Europeia está a debater muitos temas que impactam sobre este tema pacotes de dados, seria importante convergir/alinhar este compromisso com o que está a ser desenvolvido, neste momento na Europa.

A PASC referiu que a APDSI teria todo o gosto em estar presente no workshop, devido ao trabalho que têm feito neste âmbito.



A TI sugeriu, para o desenvolvimento do workshop, incluir a avaliação e próximos passos associados à aplicação da diretiva. Assim como entidades privadas ou pessoas que trabalham com o conceito de dados abertos.

A PASC, sugeriu ainda, no âmbito do desenvolvimento deste workshop, que para além das entidades públicas deveriam também ser convidadas outras entidades da sociedade civil.

Ponto de situação 5º compromisso

A AMA informou que o objetivo deste compromisso será o de evoluir e divulgar o portal Dados.gov. Como ponto de situação, a AMA referiu que foi aplicado um inquérito, em parceria com a Data Science Association (Universidade Nova), sobre a utilização do Portal dados.gov. No âmbito da Open Gov Week foi desenvolvido um Webinar, com 61 participantes e 112 comentários e que o atraso de algumas atividades aconteceu devido a atrasos na contratação pública, pelo que os focus group e workshops serão realizados durante o 4º trimestre de 2022.

Em termos de oportunidade a AMA salientou a necessidade do envolvimento da CRUP, PASC e APDSI na divulgação e promoção destes workshops planeados para o 4º trimestre de 2022.

Ponto de situação 6º compromisso

Relativamente a este compromisso que tem como objetivo alertar e capacitar para questões da cibersegurança, a AMA informou que foi publicado, em dezembro de 2021, o [Relatório Sociedade 2021](#). Esta edição, analisa os dados sobre atitudes, comportamentos, educação e sensibilização face à cibersegurança. Tem como novidade o destaque de alguns indicadores correlacionados com possíveis impactos da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço; um novo capítulo sobre os usos das tecnologias digitais em geral; o aprofundamento do inquérito sobre as ações de sensibilização; e um conjunto de recomendações. Informou, ainda, que entre janeiro de 2021 e 31 de março de 2022, foram realizadas diversas ações de sensibilização sobre diversas temáticas relacionadas com a Cibersegurança e de “tradução” dos referenciais existentes nesta área: Cursos Gerais de Cibersegurança, Cursos Gerais de Ciberhigiene, Ações de Sensibilização em Cibersegurança para diversos públicos, Roadshow Nacional 2022 (consiste na realização de várias sessões de sensibilização deslocalizadas por todo o País sobre o Enquadramento relativo ao Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e respetiva regulamentação referida no Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho), MOOCs sobre Cibersegurança, entre outras. No seu conjunto, estas iniciativas de sensibilização alcançaram cerca de 7000 cidadãos e os MOOCs mais de 37000 participantes. Realizou-se, também, o Fórum de Cibersegurança da Administração Pública (FCSAP), no passado dia 7 de junho de 2022, uma iniciativa do Centro Nacional de Cibersegurança. A AMA referiu ainda que este compromisso está quase a terminar pois apenas falta apresentar os resultados do encontro nacional (CDAYS 2022), evento este que já decorreu, associado à atividade 3 e a avaliação dos resultados com base na implementação da atividade 1. Todas as outras atividades já foram concluídas com sucesso.

A PASC referiu que a Internet Society, associado da PASC, poderá ser uma entidade interessante para este compromisso pois tem na sua posse um vasto catálogo de informações que pode



influenciar positivamente a execução desta iniciativa. A PASC refere ainda que estes tipos de temas, devido à sua sensibilidade, não deverão, no futuro, serem trabalhos pela RNAA.

Ponto de situação 7º compromisso

O Compromisso 7 que tem como objetivo reforçar a transparência através do reforço do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), foi identificado pela AMA que este está bastante atrasado. A AMA referiu que teve uma reunião, no mês de junho, com o IRN, entidade responsável pelo seu desenvolvimento, e que contou com a presença da TI Portugal. Deste encontro, a AMA refere que continua a aguardar mais informações, concretas, sobre o desenvolvimento do mesmo, ficou, contudo, definido o desenvolvimento de um workshop durante o mês de setembro, assim como uma campanha de comunicação sobre o tema. Neste sentido, a AMA apontou como oportunidades: explicar a utilidade do RCBE, adequando os conteúdos e campanha a um público específico; envio de um questionário para as empresas para a identificação das necessidades e dificuldades nesta área; criação de workshop informativo acompanhado de um manual de apoio, envolvendo a ANJE e o IAPMEI. Este seria desenvolvido entre os meses de setembro e outubro de 2022; criação de uma publicidade sobre o RCBE, para a RTP 2 e minuto cidadão; e reforçar a ligação desta informação com outras fontes de dados públicos relevantes, como por exemplo o Portal Mais Transparência.

A AMA também referiu que convidou o IRN para participar num evento, organizado pela OGP, sobre questões associados ao RCBE. Informou, ainda, que não tem qualquer informação sobre a presença do IRN no respetivo evento.

A TI Portugal referiu que a Rede, para este compromisso, estamos a necessitar de ajuda para a sua execução. Referiu, ainda, que não gostaria de estar presente numa nova reunião com o IRN sem a presença de mais membros da RNAA, pois o IRN não está a responder às reais necessidades que levaram à criação deste compromisso no plano da RNAA. Salientou, ainda, que o RCBE tem muitos problemas técnicos o que está a inviabilizar o desenvolvimento do mesmo. Referiu também dificuldades na comunicação do RCBE para com os cidadãos e empresas. Propôs ainda o envolvimento da DGPI, numa futura reunião mais alargada, uma vez que é a entidade que implementa e acompanha as diretivas associadas a estas temáticas.

A PASC concordou com a marcação de uma reunião com a presença do DGPI.

A TI Portugal referiu o cuidado que devemos ter com questões relacionados com a interoperabilidade para acesso ao RCBE noutros passos/locais que podemos ou devemos ter para acesso a informação.

A AMA referiu que o não desenvolvimento do RCBE também está a trazer problemas para o desenvolvimento do Portal mais Transparência.

A PASC referiu que as entidades públicas podem e devem utilizar a sociedade civil para ultrapassar estes problemas no que concerne à triangulação de informação entre o Portal mais transparência, Base.gov e RCBE.

Ponto de situação 8º Compromisso.

O Compromisso 8 tem como objetivo incrementar a transparência e a prevenção da corrupção na implementação do PRR e na aplicação de fundos públicos. A AMA salientou que o compromisso está a ser executado, de acordo com o plano, ressalvando que: a 22 dezembro de 2021 foram disponibilizados, no portal, os dados dos beneficiários e projetos; no âmbito do acompanhamento do PRR foi criada a Comissão Independente para o acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública (CIMEC), que semestralmente envia recomendações sobre a tramitação de procedimentos; que já é possível, através do portal, ver os contratos que se encontram no portal base, através de um redireccionamento direto; e que o IMPIC encontra-se com alguns dificuldades na disponibilização de dados, daí não estar totalmente finalizado algumas atividades do compromisso. Como oportunidades referiu a criação de pactos de integridade e a organização de sessões ou fóruns de discussão, no mês de outubro de 2022, para a partilha de perspetivas com a sociedade civil para o reforço do portal. Neste sentido, a AMA lançou o desafio para que todas as entidades da RNAA, associadas à sociedade civil pudessem estar presentes para apoiar na partilha e discussão destes temas.

A TI Portugal esclareceu que deveria ser sido consultada sobre o desenvolvimento desta plataforma. Sugeriu que a rede deveria apresentar um documento com sugestões (documento de posição) sobre o que deveria estar no portal e posteriormente discutida com as entidades que gerem o PRR. Sugeriu, ainda, convidar jornalistas para verificar o que se encontra no site e avaliar essa informação.

Ponto de situação 9º compromisso

O compromisso 9 tem como objetivo promover a cidadania através do reforço do acesso à informação (+Informação +Cidadania). A AMA informou que falou com a CADA sobre o desenvolvimento deste compromisso e foi referido que a comunicação que as entidades fazem à CADA sobre a designação de responsável por acesso a informação é realizada de forma voluntária; em geral, decorre de informação sequente de queixa por recusa de acesso ou de pedido de parecer por parte das entidades sobre a decisão a tomar perante pedidos de acesso e que, presentemente, existem 132 entidades registadas. Referiu ainda que a CADA esteve e está sempre disponível para participar em campanhas de sensibilização sobre a LADA, tais campanhas poderiam ter uma dupla dimensão, ou seja: a de dar a conhecer aos particulares (cidadãos e empresas) o seu direito de acesso à informação administrativa, que é um direito fundamental; e a de sensibilizar as entidades às quais se aplica a LADA para o dever de ser facultado o acesso. A AMA referiu ainda que aguarda informações, por parte da DGAEP, no que concerne ao estado da arte relativamente ao SIOE, no entanto, até ao momento ainda não obteve qualquer informação. Como oportunidades a AMA referiu a criação de uma campanha de comunicação, destinada a cidadãos e empresas, para transmitir na RTP2 e no minuto cidadão e a criação de uma campanha para as entidades públicas, com o apoio, na sua divulgação, por parte da ANMP e PCM. A AMA referiu ainda que nenhuma das atividades inscritas no compromisso foram cumpridas até ao momento.

4. Outros assuntos e encerramento

Foi feito, também, por parte da AMA, um resumo de todas as atividades propostas que deverão ocorrer até ao final do ano de 2022.

Como última nota, a AMA deu a conhecer o co-create OGP's New Strategy, ou seja, neste momento a OGP internacional está a desenvolver uma nova estratégia para 2023-2028.

A AMA agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião.

